



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 26ª VARA CÍVEL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCESSO Nº: 0028801-88.2018.8.19.0001

Autora: NTX COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA ME

Réu: TELEFÔNICA BRASIL S/A

JOSÉ EDUARDO DE BARROS TOSTES, perito nomeado por este Juízo para funcionar no supracitado processo, tendo concluído o Laudo Pericial, vem solicitar sua juntada aos Autos para que produza os devidos efeitos legais, requerendo a expedição de ofício para sua inclusão no projeto e pagamento da quantia referente a Ajuda de Custos, conforme Resolução 03/2011 do E. Conselho da Magistratura e Aviso TJ 36/2015, vez que a parte Autora é beneficiária da justiça gratuita.

N. Termos

P. Deferimento

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2023.

JOSÉ EDUARDO DE BARROS TOSTES
Economista - CORECON 17230



LAUDO PERICIAL

I. HISTÓRICO E CONTEXTO PERICIAL	3
1. PEDIDO DA AUTORA, em síntese	4
2. CONTESTAÇÃO DO RÉU.....	5
3. DECISÕES JUDICIAIS	6
DECISÃO, fls. 569/570, em 23/03/2020.....	6
II. OBJETIVO DA PERÍCIA	8
III. EXAMES PERICIAIS	8
1. DOCUMENTOS EXAMINADOS	8
2. DOS CONTRATOS	8
3. VALORES APURADOS	9
IV. QUESITOS.....	10
1. QUESITOS DA PARTE AUTORA (646/647)	10
2. QUESITOS DA PARTE RÉ (fls. 608/609)	13
V. CONCLUSÃO.....	15

I. HISTÓRICO E CONTEXTO PERICIAL

Trata-se de AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA E INDENIZAÇÃO POR LUCROS CESSANTES E DANOS MORAIS, COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA proposta por NTX COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA ME em face de TELEFÔNICA BRASIL S/A

De acordo com fls. 3/27, a Autora alega que:

- As partes mantêm um contrato de distribuição registrado sob o nº 13-0557, que regula atividades vinculadas à promoção e comercialização de produtos e serviços da Vivo, pela Autora, dentre outras atividades.
- A relação iniciou-se em 2012, quando a Autora firmou o primeiro contrato de distribuição com a própria Vivo S/A (contrato nº 12-0998) que, após ser comprada pela Telefônica, ora Ré, deu ensejo à substituição dos contratos;
- Para comercializar produtos da Vivo em sua loja, a Autora adquiriu junto à Ré inúmeros aparelhos móveis de telefone, dentre outros produtos, os quais, nos termos do contrato, são parcialmente pagos quando da aquisição, sendo que o restante é cobrado da Autora apenas quando da habilitação dos aparelhos juntos aos clientes, adquirentes dos serviços da Vivo;
- entre os dias 01/12/2014 e 02/12/2014, a Autora teve a sua loja invadida, sofrendo furto de todos os aparelhos que se encontravam na loja; o que gerou a lavratura do Boletim de Ocorrência nº 13062/2014, registrado junto à 20ª Delegacia de Polícia de SP (Água Fria);
- no mesmo dia 02/12/2014, a Autora comunicou a Ré do fato, enviando-lhe o boletim de ocorrência e solicitando-lhe o bloqueio de todos os "IMEIS" devidamente relacionados, de forma a impedir a habilitação dos aparelhos pelos autores do furto ou seus receptores;
- Conforme resposta encaminhada pela Ré, os aparelhos foram bloqueados em 04.12.2014, e, a partir dessa data, não poderiam mais ser ativados em quaisquer planos da Vivo;
- nos meses subsequentes, tomou ciência de que a Ré estava habilitando para os autores do furto ou receptores todos os aparelhos furtados e, o pior, a Autora vem sofrendo cobranças por parte da Ré, como se os aparelhos tivessem sido vendidos pela Autora;
- entrou em contato com a Ré, solicitando-lhe esclarecimentos e providências acerca do ocorrido, mas, não só as ativações e cobranças continuaram a serem promovidas, como também a Ré efetuou compensações dos supostos



débitos decorrentes da ativação dos aparelhos roubados, com os créditos que a Autora deveria ter recebidos por serviços prestados;

- além do fato de estar sem receber há meses por conta dessas indevidas compensações, o que a impede de adquirir novos produtos para comercialização, a Vivo ainda impôs limitações às vendas e atividades da Autora, pelo suposto fato de estar com débitos em aberto;
- por conta desse grave erro cometido pela Ré, a Autora não recebe suas comissões desde Janeiro de 2015, o que "fulminou" a atividade comercial da empresa, que está fechando as suas portas;
- mesmo diante de várias interpelações por parte da Autora, a Ré não toma qualquer providência e atua empurrando o problema de um departamento para o outro, sem que ninguém dê solução ao simples problema;
- não foi somente impedida de comprar e vender aparelho, como também a Ré impôs restrições impedindo a Autora até mesmo de vender ou habilitar chips para novos clientes;
- os únicos serviços que consegue prestar aos clientes Vivo são trocas de planos e habilitação de chips que os próprios clientes adquirem fora da loja, em outros estabelecimentos comerciais;
- por conta dos impostos municipais em aberto, que não são adimplidos justamente pelo fato de que a Ré reteve indevidamente os valores devidos a Autora, o sistema eletrônico da Prefeitura impede a NTX de emitir Nota Fiscais, o que impossibilitou, de uma vez por todas, o exercício das atividades da empresa.

1. PEDIDO DA AUTORA, em síntese

a) *"em razão da verossimilhança dos fatos ora narrados e fartamente provados documentalmente, conceder, liminarmente a tutela antecipada, de forma "initio litis" e "inaudita altera pars", para determinar a liberação do valor de R\$ 9.539,22 (nove mil, quinhentos e trinta e nove reais e vinte e dois centavos), já atualizado com juros e correção monetária, referente aos valores devidos à Autora, indevidamente retidos pela Ré, conforme narrativa supra derramada, sob pena de multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais);*

b) *ordenar a CITAÇÃO da Ré quanto à presente ação no endereço inicialmente indicado, bem como sobre a decisão proferida em sede tutela antecipada, para que, perante esse Juízo, apresente a defesa que*

tiver, dentro do prazo legal, sob pena de confissão quanto à matéria de fato ou pena de revelia;

- c) *julgar procedente a ação para o fim de confirmar a tutela concedida, reconhecendo definitivamente a inadimplência da Ré perante a Autora no valor de R\$ 9.539,22 (nove mil, quinhentos e trinta e nove reais e vinte e dois centavos);*
- d) *julgar procedente a ação para o fim de condenar a Requerida ao pagamento de danos morais em valor a ser fixado por esse D. Juízo, e lucros cessantes a serem devidamente apurados em fase de liquidação de sentença, condenando-se a ainda a Requerida ao pagamento dos honorários de sucumbência, em valor não inferior a 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, com fulcro no § 3º do art. 20 do CPC.*

A Autora protesta pela produção de todas as provas admissíveis em juízo, juntada de novos documentos, perícias de todo gênero (se necessário), bem como pelo depoimento pessoal do representante legal da Ré, ou seu preposto designado, sob pena de confissão, e oitiva de testemunhas, para todos os efeitos de direito.

2. CONTESTAÇÃO DO RÉU

De acordo com fls. 373/391, o Réu alega, em síntese, que:

- em agosto de 2014 as partes formalizaram acordo extrajudicial, através da qual a TELEFÔNICA efetuou o pagamento de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) à autora, tendo a NTX ofertado quitação à TELEFÔNICA referente a qualquer dívida decorrente do contrato de distribuição objeto da presente demanda, até o mês de agosto de 2014;
- não há que se falar que a ré é devedora que qualquer indenização, notadamente a título de lucros cessantes, em data anterior ao mês de agosto de 2014, em razão do acordo firmado entre atrás partes;
- na remota e improvável hipótese deste MM. Juízo entender e pela condenação da ré, o que definitivamente não se espera, há de se considerar a quitação ofertada pela autora à ré até o mês de agosto de 2014;
- a atividade-fim da ré é, basicamente, a prestação de serviços de telefonia fixa, telefonia móvel, dados móveis (internet) e TV a cabo. Para tanto, precisam ter uma quantidade de agentes credenciados — dealers — tanto maior quanto possível, cobrindo todas as localidades onde atua,

a fim de que possa cada vez mais aumentar sua gama de usuários e prestar-lhes a contento todos os serviços inerentes à sua atividade;

- em razão do contrato, a autora afirma ter adquirido diversos aparelhos de celular da ré, sendo que estes, posteriormente, foram furtados;
- alega que a TELEFÔNICA, supostamente, e de forma arbitrária, estaria realizando a sua habilitação dos aparelhos e cobrando o saldo remanescente dos valores;
- todavia, em análise a todos os documentos anexados na petição inicial, não se verifica nenhuma prova de suas alegações, tendo a autora infringido o que dispõe o art. 373, I do CPC/15, uma vez que não comprova o fato constitutivo de seu direito;
- caberia à autora, por força da distribuição originária do ônus da prova, trazer as provas constitutivas do alegado direito, especialmente no que tange à suposta culpa imputada à ré pelos fatos narrados na petição inicial. Todavia, e a muito ao contrário do que se afirma, não há nada que comprove a sua versão dos fatos;
- não há que se falar em sua condenação ao pagamento de indenização por danos materiais, na forma pleiteada, uma vez que desprovida de qualquer fundamentação jurídica, principalmente pela falta de comprovação do fato constitutivo de seu direito (art. 373, I do CPC/15).

3. DECISÕES JUDICIAIS

Nesse contexto foi proferida a seguinte decisão, que impacta na presente perícia:

DECISÃO, fls. 569/570, em 23/03/2020

"Não sendo a hipótese de extinção do processo sem análise do mérito, nem de julgamento antecipado, passo a sanear e organizar o processo para a fase probatória, na forma do artigo 357, do NCPC.

Partes legítimas e devidamente representadas.

A preliminar de incompetência relativa já restou apreciada, razão pela qual o feito foi distribuído para este Juízo.

Cinge-se a controvérsia acerca da cobrança indevida efetuada pela parte ré referente aos celulares que foram furtados do estabelecimento da autora, bem como quanto à queda no faturamento da empresa autora, em razão da parte ré ter supostamente impedido a autora de adquirir novos aparelhos e ter limitado acesso ao sistema, ao argumento de a autora não ter pago o valor da cobrança, tendo sido impedida de exercer suas atividades, o que teria acarretado ao encerramento das atividades da empresa.

Em relação à questão de direito, delimito-a como sendo a existência ou não de conduta ilícita praticada pelo réu a ensejar a indenização pelos danos morais, danos emergentes e lucros cessantes.

Pretende a parte autora a produção de prova pericial, para fins de se apurar a queda no faturamento da empresa, bem como de prova oral, consistente na oitiva de testemunhas e depoimento pessoal da parte ré, para fins de demonstrar o que afirma já estar comprovado pelos e-mails acostados aos autos.

A apuração da alegação do fato de que a queda do faturamento da empresa se deu em razão da atitude da parte ré (nexo causal entre o evento danoso e o fato), bem como os alegados danos materiais poderão ser demonstrados por meio da prova pericial contábil, conforme requerido pela parte autora, razão pela qual defiro o pedido.

Nomeio Perito do Juízo, JOSÉ EDUARDO DE BARROS TOSTES, que deverá ser intimado através do telefone n. 99151-6616, para dizer se aceita o encargo, se concorda com os termos da Resolução n. 03/2011 do E. CMTJRJ, bem como para informar, no prazo de 5 (cinco) dias, se está enquadrado em alguma das vedações previstas no Provimento CGJ/RJ n. 22/2019, e, por fim para apresentar a sua proposta de honorários.

Intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem quesitos e para, querendo, indicarem assistente técnico.

Fixo, desde já, o prazo de 30 (trinta) dias para entrega do laudo.

Defiro ainda a produção de prova documental superveniente, que deverá ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias, dando-se vista à parte contrária, na forma do artigo 437, §1º, do Novo Código de Processo Civil.

Quanto ao pedido de prova oral, consistente no depoimento pessoal das partes e testemunhal, entendo ser desnecessária ao deslinde do feito, salientando-se que a parte autora afirma que os fatos que pretende demonstrar com a referida prova já restaram comprovados por meio da prova documental.

Quanto à distribuição do ônus probatório, esta observará o previsto no art. 373, incisos I e II, do NCPC, pois inexistem peculiaridades que justifiquem a distribuição de forma diversa.

Publique-se. Intimem-se."

II. OBJETIVO DA PERÍCIA

Conforme r. Decisão, o objetivo da presente perícia é **apurar:**

- 1. A alegada queda do faturamento da empresa em razão da atitude da parte ré;**
- 2. os alegados danos materiais.**

III. EXAMES PERICIAIS

A parte Autora não indicou Assistente Técnico.

A parte Ré indicou como Assistentes Técnicos os Srs. Elias de Matos Brito, Ronaldo dos Santos Machado e Anderson dos Santos Amorim.

Iniciamos nossos trabalhos, convidando os ilustres Assistentes Técnicos da parte Ré a colaborarem com a presente perícia.

1. DOCUMENTOS EXAMINADOS

Os exames e cálculos elaborados pela perícia tiveram como base os documentos acostados aos Autos.

Importante ressaltar que a parte Autora não apresentou qualquer registro contábil, como requerido por este perito às fls. 722, 755/756 e 925.

2. DOS CONTRATOS

Identificamos, abaixo, as principais características dos contratos firmados entre as partes:

1. CONTRATO DE DISTRIBUICAO Nº 12-0998

- Data assinatura: 24/01/2012
- Tipo: Exclusividade

- Pagamento: 30 dias após Emissão da Nota-Fiscal baseada no Relatório Mensal enviado pela Ré
- Vigência: 36 meses

2. CONTRATO DE DISTRIBUICAO Nº 13-0557

- Data assinatura: 28/11/2013
- Tipo: Exclusividade
- Pagamento: 30 dias após Emissão da Nota-Fiscal baseada no Relatório Mensal enviado pela Ré
- Vigência: 12 meses

3. VALORES APURADOS

Como demonstrado abaixo, apuramos que o valor das comissões não recebidas pela empresa Autora por conta da retenção praticada pela Ré foi de R\$ 5.822,98:

Vencimento	Valor
31/01/2015	R\$ 1.578,81
05/03/2015	R\$ 1.802,35
10/07/2015	R\$ 346,13
10/07/2015	R\$ 1.546,86
10/07/2015	R\$ 548,83
Total	R\$ 5.822,98

Apuramos que o valor cobrado pela Ré junto à Autora, referente aos aparelhos bloqueados que, supostamente, teriam sido vendidos pela Autora é R\$ 3.630,98, como detalhado abaixo:

Vencimento	Valor
08/02/2015	R\$ 1.150,38
22/02/2015	R\$ 311,68
27/03/2015	R\$ 1.173,88
24/04/2015	R\$ 356,28
10/05/2015	R\$ 638,76
Total	R\$ 3.630,98

IV. QUESITOS

1. QUESITOS DA PARTE AUTORA (646/647)

1. Informar ou confirmar se a ré impôs alguma restrição de serviços à autora (acesso ao sistema, venda de aparelhos celular, modems, tokens e até mesmo "chips", etc) por conta dos fatos narrados na inicial e qual a data.

Resposta: Positiva a resposta.

2. Informar qual era a média de faturamento da empresa Autora, antes da restrição de serviços imposta pela Ré, ocorrida em janeiro de 2015.

Resposta: Quesito prejudicado. Não foram acostados registros contábeis da parte Autora.

3. Informar qual era a média de faturamento da empresa Autora, após a restrição de serviços imposta pela Ré, ocorrida em janeiro de 2015.

Resposta: Quesito prejudicado. Não foram acostados registros contábeis da parte Autora.

4. Informar se a empresa apresentou algum débito de INSS perante a Prefeitura de SP e, em caso positivo, qual a data do débito.

Resposta: Positiva a resposta. Como demonstrado abaixo, a parte Autora possui dívidas relativas ao ISS no montante de R\$ 4.208,73, relativas ao período de 2012 a 2018:

Exercício	Tipo de Débito	Valor	Encargos	Notificação	Situação	Posição
2012	TFE	660,24	66,02	25430262	Não Ajuizado	Protestado
2013	TFE	619,21	61,92	42716071	Não Ajuizado	Em Aberto
2014	TFE	580,14	58,01	42716080	Não Ajuizado	Em Aberto
2015	TFE	532,18	53,21	42716098	Não Ajuizado	Em Aberto
2016	TFE	505,85	50,58	605201730	Não Ajuizado	Em Aberto
2017	TFE	485,59	48,55	605201749	Não Ajuizado	Em Aberto
2018	TFE	442,94	44,29	605201757	Não Ajuizado	Em Aberto

5. Informar se a empresa teve a emissão de Notas Fiscais bloqueadas pela Prefeitura de São Paulo e, em caso positivo, qual a data.

Resposta: Positiva a resposta. Não é possível identificar a data de bloqueio da emissão da Nota-fiscal.

Conforme tela da Prefeitura, fl. 827, em 27/11/2015, a parte Autora estava suspensa de emitir Nota-Fiscal.

6. Informar se a empresa e/ou seus sócios teve/tiveram seu(s) nome(s) inscrito(s) no SPC e ou SERASA e em qual data.

Resposta: Positiva a resposta. Não é possível identificar a data de negativação da empresa e/ou dos sócios.

7. Se as negativações do nome da empresa geraram bloqueio das "maquininhas de crédito" GETNET e qual a data.

Resposta: Quesito prejudicado. Não foi apresentado bloqueio das "maquininhas de crédito" GETNET.

Às fls. 830/831, a parte Autora apresenta um comunicado de cobrança relativa à Getnet.

8. Informar se as contas bancárias da empresa mantidas perante a CEF foram encerradas e, em caso positivo, qual a data.

Resposta: Quesito prejudicado. Não foi apresentado comprovante de encerramento da conta bancária junto à CEF.

Às fls. 832/837, a parte Autora apresenta extratos da conta junto à CEF no período de 2012.

9. Informar se a empresa encerrou suas atividades comerciais e em qual data.

Resposta: Quesito prejudicado. Não foi apresentado comprovante de baixa da empresa junto à Receita Federal.

10. Informar qual a situação perante a Receita Federal; confirmar se a empresa foi baixada e qual a data.

Resposta: A situação da empresa junto à Receita Federal é INAPTA, em função OMISSÃO DE DECLARAÇÕES, em 16/10/2018.

Negativa a resposta ao segundo quesito. A empresa não foi baixada.

11. Informar qual o valor cobrado pela ré junto a autora, referente aos aparelhos bloqueados que, supostamente, teriam sido vendidos pela NTX.

Resposta: Como demonstrado abaixo:

Vencimento	Valor
08/02/2015	R\$ 1.150,38
22/02/2015	R\$ 311,68
27/03/2015	R\$ 1.173,88
24/04/2015	R\$ 356,28
10/05/2015	R\$ 638,76
Total	R\$ 3.630,98

12. Informar qual o valor das comissões não recebidas pela empresa autora por conta da retenção praticada pela ré.

Resposta: Como demonstrado abaixo:

Vencimento	Valor
31/01/2015	R\$ 1.578,81
05/03/2015	R\$ 1.802,35
10/07/2015	R\$ 346,13
10/07/2015	R\$ 1.546,86
10/07/2015	R\$ 548,83
Total	R\$ 5.822,98

13. Confirmar onde era o endereço da sede da empresa autora; se o imóvel era próprio ou locado, e em nome de quem foi firmada a locação (locatário).

Resposta: O endereço da sede da empresa era AVENIDA ÁGUA FRIA, 1381. O imóvel foi locado em nome Luiz Antonio Fernandes Palma, sócio da Autora.

14. Confirmar se a autora e/ou seus sócios sofreu(ram) ação de despejo (processo nº. 1018236-58.2015.8.26.0001) e quais aluguéis (relativos a quais meses) foram cobrados na ação.

Resposta: Positiva a resposta.

15. Informar quando o imóvel foi devolvido e qual valor pago a título de acordo referente aos aluguéis em aberto, para fim da locação.

Resposta: Negativa a resposta.

16. Confirmar se as restrições impostas pela ré contribuíram para a insustentabilidade da manutenção das atividades da empresa autora.

Resposta: Quesito prejudicado. Não foram acostados registros contábeis da parte Autora.

17. Confirmar se as restrições impostas pela ré contribuíram para o descumprimento de inúmeras obrigações por parte da empresa (como o pagamento de impostos, aluguel, folha de salário e empréstimos bancários).

Resposta: Quesito prejudicado. Não foram acostados registros contábeis da parte Autora.

18. Estimar o valor comercial da empresa autora antes das restrições impostas pela ré e do consequente encerramento da empresa.

Resposta: Quesito prejudicado. Não foram acostados registros contábeis da parte Autora.

19. Estimar, em valores, a desvalorização da empresa em decorrência das restrições de serviços impostas pela ré e da limitação de suas atividades

Resposta: Quesito prejudicado. Não foram acostados registros contábeis da parte Autora.

20. Se o caso, apontar eventuais outros prejuízos sofridos pela autora em decorrência das restrições de serviços impostas pela ré.

Resposta: Quesito prejudicado. Não foram acostados registros contábeis da parte Autora.

2. QUESITOS DA PARTE RÉ (fls. 608/609)

1. Queira o I. Perito apresentar breve resumo acerca dos instrumentos celebrados entre as partes ao longo da relação contratual havida, especificando dentre outras questões julgadas relevantes, as informações que seguem: (i) data de celebração; (ii) prazo de vigência; (iii) natureza do contrato; (iv) objeto do contrato; e (v) as partes envolvidas;

Resposta: Favor observar exames periciais.

2. Queira o I. Perito informar se, em agosto de 2014, as partes formalizaram um acordo extrajudicial, em que a Autora ofertou quitação em relação à ré de toda e qualquer cobrança realizada até aquela data;

Resposta: Positiva a resposta.

3. Queira o I. Perito informar se constam dos registros contábeis da Autora as respectivas provisões dos valores que a mesma alega ser credora junto à empresa Ré, decorrentes dos pedidos constantes da peça inicial. Se positiva a resposta, solicita-se que sejam juntados ao laudo pericial cópias desses registros contábeis;

Resposta: Quesito prejudicado. Não foram acostados registros contábeis da parte Autora.

4. Queira o I. Perito informar se os registros contábeis da empresa Autora estão revestidos das formalidades legais, se foram escriturados de forma regular e se os seus livros contábeis estão devidamente autenticados nos órgãos competentes;

Resposta: Quesito prejudicado. Não foram acostados registros contábeis da parte Autora.

5. Queira o I. Perito, com base nos registros contábeis da Autora, informar qual o faturamento obtido pela empresa, mês a mês, bem como as despesas e custos incorridos, todos referentes ao período de vigência do contrato de distribuição nº. 13-0557 (fls. 62/110);

Resposta: Quesito prejudicado. Não foram acostados registros contábeis da parte Autora.

6. Queira o I. Perito, ainda com base nos registros contábeis da Autora, informar, mês a mês, os resultados efetivamente alcançados pela empresa em razão do contrato de distribuição nº. 13-0557 (fls. 62/110) no período de vigência do mesmo;

Resposta: Quesito prejudicado. Não foram acostados registros contábeis da parte Autora.

7. Queira o Ilustre Perito informar tudo o mais que julgar necessário para o deslinde da controvérsia.

Resposta: A fim de atender aos objetivos da perícia, é fundamental que a parte Autora apresente seus registros contábeis, como requerido às fls. 722, 765/766 e 925.

V. CONCLUSÃO

Como demonstrado abaixo, apuramos que o valor das comissões não recebidas pela empresa Autora por conta da retenção praticada pela Ré foi de R\$ 5.822,98:

Vencimento	Valor
31/01/2015	R\$ 1.578,81
05/03/2015	R\$ 1.802,35
10/07/2015	R\$ 346,13
10/07/2015	R\$ 1.546,86
10/07/2015	R\$ 548,83
Total	R\$ 5.822,98

Apuramos que o valor cobrado pela Ré junto à Autora, referente aos aparelhos bloqueados que, supostamente, teriam sido vendidos pela Autora é R\$ 3.630,98, como detalhado abaixo:

Vencimento	Valor
08/02/2015	R\$ 1.150,38
22/02/2015	R\$ 311,68
27/03/2015	R\$ 1.173,88
24/04/2015	R\$ 356,28
10/05/2015	R\$ 638,76
Total	R\$ 3.630,98

Em função da ausência de registros contábeis da parte Autora, mesmo após diversas solicitações deste perito, não é possível apurar:

- 1. A alegada queda do faturamento da empresa em razão da atitude da parte Ré;**
- 2. os alegados danos materiais.**

Nada mais tendo a acrescentar encerramos o presente Laudo Pericial em 15 (quinze) páginas.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2023.

JOSE EDUARDO DE BARROS TOSTES
CORECON Nº 17230